

AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: MUDANÇAS E PERSPECTIVAS

Ana Maria Goldani

Professora da UNICAMP

Pesquisadora dos Núcleos de População (NEPO) e de Relações de Gênero (PAGU) da UNICAMP

RESUMO

O trabalho traça um perfil demográfico das mudanças ocorridas nas famílias nas últimas duas décadas. Enfatiza a complexidade dos processos que responderiam por estas mudanças, tendo como pano de fundo as diferenças regionais e raciais. Conclui com uma análise das perspectivas futuras das famílias tendo presente três aspectos: os prognósticos demográficos, as políticas sociais e econômicas, as atitudes, opiniões e expectativas sobre casamento, filhos, relações de gênero etc.

FAMÍLIA — DEMOGRAFIA — POPULAÇÃO

ABSTRACT

BRAZILIAN FAMILIES: CHANGES AND PROSPECTIVES. This paper traces a demographic profile of the changes that have occurred amongst Brazilian families in the last two decades. It focuses on the complexity of the processes that caused these changes, using as background regional and racial differences. Using three contemporary aspects, it concludes with an analysis of the prospects for the future of the families. The three aspects are: demographic prognoses; social and economic policies; attitudes and opinions on marriage, children, and gender type relationships, and the like.

As famílias brasileiras passam por mudanças nos inícios dos anos 90 que fazem parte de um processo de modernidade "contraditório", característico do Brasil nesta segunda metade do século XX. A tendência é de uma diminuição no tamanho e uma maior diversificação nos arranjos domésticos e familiares. Os arranjos de maior crescimento nos últimos anos foram de adultos vivendo só e de famílias monoparentais. A complexidade da vida familiar aumentou devido ao incremento no número de famílias reconstituídas, resultado do incremento nas taxas de separação, divórcio e recasamentos.

A vida familiar se modificou para todos os segmentos da população brasileira nestes últimos 20 anos. Entretanto, as diferenças raciais e regionais aparecem ainda mais acentuadas. As transformações no tradicional arranjo familiar, casal com filhos, assinalam aspectos significativos de mudanças e também de continuidade no relacionamento entre seus membros. Esposas e filhos participam mais intensamente nas atividades de mercado de trabalho e na renda monetária familiar, compartilhando com o chefe as responsabilidades de manutenção da família, e promovendo uma redefinição nos padrões de hierarquia e sociabilidade.

Entre as explicações mais comuns para as mudanças nas estruturas familiares nos anos 80 sobressai a crescente e marcante presença das mulheres brasileiras nos espaços públicos nas últimas décadas, acompanhada pelas discussões sobre feminismo, trabalho, desigualdades e direitos da mulher. Entretanto, isto é apenas parte de um movimento mais amplo de transformações da sociedade brasileira, marcado pela busca da democracia e afirmação dos direitos de cidadania, que desemboca na Constituição brasileira de 1988. De fato, a década de 80 abre perspectivas de maior organização e participação política dos diferentes segmentos sociais, o que se materializa nas conquistas constitucionais. Conquistas estas que, desafortunadamente, não tiveram efeitos práticos em termos de qualidade de vida para a maioria dos brasileiros.

Em um quadro de conjuntura internacional adversa, o modelo econômico brasileiro dependente se esgota e tem início um dos períodos mais recessivos da história do país nos anos 80. Os inúmeros planos econômicos e programas sociais e a perda gradativa de eficiência do setor público se refletem na deterioração das condições de vida de grandes parcelas da população. A tudo isto se soma um processo de concentração de renda que gera uma desigualdade brutal, e dá ao Brasil o título de "campeão mundial da desigualdade". Em 1989 o país era o retrato da modernidade paradoxal. Com 87% das residências equipadas com luz elétrica, 73% com água encanada e 73% das residências com aparelho de televisão, o país aproxima-se do *status* de desenvolvido. Entretanto, os números da "perversidade" mostram que os 50% mais pobres ficaram ainda mais pobres, e os 5% mais ricos saíram da década ainda mais ricos, com 39% em vez dos 34% que tinham no início (Miller, 1991).

No plano social, uma análise na área da saúde não resiste à euforia de alguns progressos indiscutíveis. Mesmo com ganhos de cerca de 5 anos de esperança de vida, a população volta a enfrentar epidemias como meningite, dengue, cólera etc. Os efeitos da crise sobre o custo da alimentação fazem com que o brasileiro tenha uma dieta adequada em termos calóricos mas insuficiente em termos protéicos. Os gastos sociais do governo federal, que tentam minorar os efeitos da crise, revelam uma elevação de menos de 1% per capita durante o período (Médici, 1991).

Portanto, na chamada "década perdida" a sociedade brasileira é marcada por um aprofundamento das desigualdades sociais — concentração de renda e drástica diminuição do salário para a maioria da população, e uma sofisticação do consumo para uma minoria — conformando um processo de "modernidade excludente", no qual se acirram as diferenças. Com origens na "modernidade autoritária" iniciada nas décadas anteriores, esses processos agudizam as diferenças regionais, diferenças estas que, no final dos anos 80, são apontadas para destacar tanto a miséria como os sintomas de modernidade em espaços urbanos regionais.

O perfil estatístico das mudanças mostra que a população está mais educada e tem residências com mais infra-estrutura, mas está cada vez mais pobre. A incapacidade do sistema para satisfazer as demandas da população, a falência do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) e a ênfase no modelo neoliberal, favorecendo as iniciativas pessoais e privadas, aparecem como o pano de fundo de uma tendência crescente de transferência de responsabilidades do Estado (tradicionalmente paternalista) para a comunidade e a família. Assim, frente à "deterioração" das condições de vida e dos serviços prestados pelo Estado, "teoricamente" protetor das classes populares, haveria um ressurgimento da família, cujas dimensões parecem ampliar-se através de redes de solidariedade para além dos limites dos laços de parentesco por sangue ou adoção.

Dentre as estratégias da população brasileira para enfrentar a crise, talvez a mais dramática tenha sido justamente a de adiar ou cancelar os projetos de formação de novas famílias, bem como a expansão das já existentes. As taxas anuais de crescimento do número de unidades familiares diminuíram, e as quedas na probabilidade de casar-se e nas taxas de fecundidade aceleraram-se (Goldani, McCracken e Pullum, 1989). Essas tendências foram particularmente fortes na região mais pobre do país, o Nordeste, onde a probabilidade de casar caiu em cerca de 33 pontos percentuais no período 1981-84, ou seja, 5% a menos que a média do país. Entretanto, diminuir o número e o tamanho da família não bastou. Foi necessário o ingresso de um maior número de pessoas no mercado de trabalho para manter o orçamento familiar.

A rapidez e níveis das mudanças, gerando um contexto novo de oportunidades e necessidades sociais, responderiam pela aceitação de valores e confrontos intergeracionais, que ultrapassaram as espec-

tativas. A adequação entre valores e práticas sociais ocorre de forma extremamente desigual, e parecem ser os indivíduos das camadas médias urbanas e profissionais liberais os que primeiro buscam alternativas fora dos padrões institucionalizados, e em uma linha mais individualizante (Salém, 1985). Há uma dissolução das fronteiras rígidas do "duplo padrão de moralidade" e surgem os modelos alternativos de relações entre os sexos e intrafamiliares, que alimentam a discussão da chamada "nova" família (Figueira, 1987). Identificado com os setores médios da população, o modelo da "nova" família é largamente veiculado pelos meios de comunicação, aparece como objeto de preocupação da Igreja conservadora e orienta a nova legislação, mas é, sobretudo, vivenciado com ambigüidade de sentimentos pela população. Há um enfrentamento entre o "consumo" de aspectos inovadores no nível das relações individuais e um padrão "ideal" de relações intrafamiliares, que permanece orientando os membros da família (Dauster, 1987 e Almeida, 1987).

As especulações sobre a precariedade e instabilidade da instituição familiar ganham força e são reforçadas pela incapacidade do Estado em prestar os serviços sociais básicos às famílias carentes e seus dependentes. Legalmente, o Estado brasileiro deve oferecer suporte ao menor e aos idosos por meio de programas sociais, o que ajudaria a aliviar as pressões econômicas e pessoais dessas famílias. Entretanto, o que se observa, atualmente, é uma crescente deterioração dos serviços públicos. O Estado trata de minimizar ao máximo sua contribuição e clama por mais ajuda da comunidade e da família para com seus dependentes.

A dinâmica demográfica, resultante do mesmo processo de transformações em curso no país, surge como outro elemento complicador, que reforça o sentimento de falência da família. Há uma tendência de homogeneização de aspectos vitais no quadro das profundas desigualdades econômico-sociais e culturais. Trata-se da generalizada e rápida queda das taxas de fecundidade e dos aumentos na expectativa de vida, que causam impacto na estrutura etária e na longevidade da população, gerando novos "tempos" individuais e familiares. O Brasil praticamente dobrou sua população nas últimas três décadas, passando de 72,6 para 151 milhões de habitantes. No mesmo período, 1960-91, o país passou de predominantemente rural para urbano, ou de 45% para 78% de sua população residindo em áreas urbanas. A dinâmica demográfica que gerou essas mudanças foi marcada por uma diminuição da taxa de fecundidade total de 6,2 para 2,5 e um aumento na esperança de vida de cerca de 13 anos, de 54 para 67 anos. Isto somado ao alargamento das diferenças de mortalidade por sexo, que favorecem as mulheres em cerca de 7 anos, à diversificação nos tipos de união e ao aumento das separações e divórcios, estaria criando novas condições de reprodução para as famílias brasileiras. Entre as implicações dessa dinâmica, temos que, para nós brasileiros, hoje, aumentaram as chances de passar-

mos mais tempo como membros de uma família, quer seja a primeira ou segunda, quer no papel de pai, mãe, padrasto ou madrasta, filhos, esposos, avós etc. Esta chamada "revolução da longevidade" estaria propiciando, ainda, uma superposição de papéis, bem como a convivência de diferentes gerações com efeitos sobre a redefinição das relações e responsabilidades no interior da família (Goldani, 1992).

A análise das trajetórias de vida familiar das mulheres brasileiras tem mostrado que os efeitos de uma continuada melhoria da mortalidade tem compensado os efeitos das disrupções matrimoniais e da queda da fecundidade, possibilitando que uma proporção cada vez maior de mulheres alcance sua trajetória de vida familiar "preferida": estarem unidas e com filhos aos 50 anos. Nesta segunda metade do século, o ganho no tempo que uma mulher brasileira alguma vez unida passaria em uma família do tipo conjugal foi de 3 anos. Entretanto, estes ganhos foram ainda maiores — de 4 anos — no tempo que uma mulher passaria na condição de chefe de família só com filhos. Estes aumentos são diferenciados por raça e mostram que são as mulheres negras as que mais tempo passariam na condição de chefes de família.

Há desigualdades por cor na estrutura das famílias e trajetórias de vida familiar das mulheres. A maior proporção de famílias monoparentais em 1989 era entre as mulheres pretas (21%) comparadas com as pardas (18%) e com as brancas (14%). Isto vem ao encontro de outros resultados que mostram que as mulheres pretas esperariam viver hoje mais da metade de suas vidas adultas na condição de não-casadas ou sem companheiro (56%), comparando-se às pardas (48%) e às brancas (42%). Entre os elementos explicativos para estes diferenciais, destacam-se os 8 anos a mais de expectativa de vida das mulheres brancas, bem como os padrões diferenciados de nupcialidade por raça. Isto revela as diferentes estratégias de comportamento das mulheres ante uma estrutura de oportunidades desigual, em que a discriminação racial aparece como elemento fundamental (Goldani, 1991).

Há evidências de que a mulher brasileira, qualquer que seja o estágio de ciclo vital, está aumentando sua participação na força de trabalho. O aumento da participação feminina na força de trabalho remunerada foi de cerca de 16% para 39% entre 1960 e 1990. Verifica-se também uma mudança no perfil da mulher trabalhadora em termos de estrutura etária e *status* marital. Da tradicional predominância de solteiras nas faixas etárias menores de 25 anos até os anos 70, as taxas de participação nos anos 80 mostram que são as mulheres nas idades 30-39 anos casadas, separadas/divorciadas e unidas consensualmente as que, respectivamente, mais incrementaram suas taxas de atividade. Também é um fato que as mulheres trabalham cada vez mais nas indústrias e deixam seu lugar tradicional na agricultura para entrar em novos setores de serviços, mas que as diferenças de salário por sexo permanecem (Bruschini, 1989a, Telles, 1988).

A interpretação para o aumento das famílias chefiadas por mulheres vai na linha da modernização, industrialização e abertura no leque de opções para a mulher nos países ricos, e das más condições de vida gerando instabilidade nas relações pessoais e familiares nos países pobres. Entre os processos de mudança, destacam-se as transformações demográficas, a elevação das taxas de separações e divórcios, a expectativa de vida maior para as mulheres gerando mais viuvez feminina, e a crescente proporção de mulheres solteiras com filhos, além de processos de maior integração da mulher no mercado de trabalho, aumento da educação e diminuição da fecundidade, desigualdades de renda, raciais e regionais. Portanto, haveria que considerar tanto os fatores de crescentes opções para mulheres de determinados grupos, como as restrições que enfrentam outras para se estabelecerem como chefes de família. Ambos os fatores, ligados ao processo rápido de mudanças nos padrões sociais, políticos e econômicos em curso no país, oferecem subsídios para as interpretações do fenômeno de crescimento das famílias com chefes mulheres, que passaram de 10% a 20% no período de 1960-90.

Portanto, mudaram as condições de reprodução da população, mudaram os padrões de relacionamento entre os membros da família, os modelos de autoridade estão em questionamento, a posição relativa da mulher alterou-se profundamente, e até mesmo a legislação redefiniu o conceito de família — de uma concepção legal estreita sobre a família, em que só cabia um modelo de família legitimada pelo casamento com predominância do poder paterno e marital masculino, passa-se a algo mais próximo das práticas sociais vigentes. A mais recente Constituição, a de 1988, considera que, para efeitos de proteção do Estado, família é a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes. Neste conceito “novo” de família, ao enfatizar a necessidade de proteção aos dependentes — crianças jovens e velhos —, a Constituição brasileira reconhece o poder assimétrico entre os membros da família. Fica claro, ainda, que os direitos e deveres conjugais são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher (Constituição brasileira 1988, Cap.VII, art.226, 3º, 4º e 5º par.). Esses princípios constitucionais, muitos já regulamentados em lei, alteram o direito de propriedade das mulheres casadas, facilitam o divórcio, reconhecem os mesmos direitos legais dos filhos, independentemente da natureza da filiação, e estabelecem os direitos e obrigações individuais dos membros da família, segundo a posição que ocupam.

O PERFIL DEMOGRÁFICO DOS ARRANJOS DOMÉSTICOS NO BRASIL

O objetivo maior deste trabalho é traçar um panorama das mudanças na estrutura dos arranjos domiciliares, com o detalhamento que permitem os dados dos censos de população e as pesquisas nacionais por amos-

tras de domicílio (PNADs), tendo como referência o período 1970-89. Ao traçar o perfil dos arranjos domésticos, tendo como referência estas fontes oficiais¹, restrinjo-me aos critérios de co-residência, relação de parentesco e dependência doméstica entre as pessoas residentes nos domicílios particulares. Isto significa ao mesmo tempo que, em geral, só posso discutir as estruturas e organização interna dos domicílios, pois poucas são as informações sobre os processos que respondem pelas mudanças e diversificação dos mesmos. Para efeito de análise, distingo esses domicílios entre aqueles organizados como “famílias” (o grupo de parentesco resultante do casamento e/ou adoção) e aqueles que chamo “não-famílias” (as pessoas vivendo só, e os grupos de pessoas sem laços de parentesco).

Nas últimas duas décadas, o número total de domicílios particulares praticamente dobrou (18,4 a 36,6 milhões no período 1970-89 — ver Tabela 1). Durante o mesmo período, o número de pessoas morando nessas unidades aumentou em 59% (89,9 a 143,2 milhões de pessoas). Isso resultou em uma diminuição de cerca de 23% no tamanho médio das mesmas, ou seja, de 4,8 para 3,9 pessoas. No processo de crescimento do total dos domicílios particulares, a contribuição diferencial dos tipos de arranjos internos das mesmas aponta para a dramática diminuição no peso relativo do arranjo conjugal mais tradicional, casal com filhos. Representando cerca de 60% do crescimento total na década de 70, esse arranjo doméstico passa a representar apenas 48% nos anos 80. Por outro lado, destaca-se o incremento na participação das famílias monoparentais (mãe ou pai com filhos),

1 As principais fontes de dados secundários sobre estrutura domiciliar são os censos de população e as Pesquisas por Amostras de Domicílios (PNAD) cujos dados são coletados, processados e divulgados oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Até o final dos anos 80 o IBGE define família como “um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica, que vivesses no mesmo domicílio”, ou “pessoa que vivesse só, em domicílio particular”. Foi ainda considerado como família “todo conjunto de no máximo 5 pessoas, que vivesses em domicílio particular, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica” (IX Recenseamento Geral do Brasil-1980, v.1, tomo 6, n.1, p.XXV). Os dados referem-se, portanto, às famílias residentes em domicílios particulares e às informações das pessoas residentes nos domicílios da amostra. A amostra nos censos de 1970 e 1980 foi de aproximadamente 25% dos domicílios particulares e pessoas neles censeadas. No caso da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 1981 e 1989, a definição de família permanece como a dos censos de população, com uma pequena diferença: o limite máximo de 5 pessoas, para o conjunto sem parentesco residindo em domicílios particulares, não foi estabelecido. Portanto, a definição de família para o IBGE, tanto nos censos como PNADs, equivale ao de unidade doméstica residencial e não à concepção mais comum, que é o de família como um grupo de pessoas conviventes que mantém vínculos de parentesco resultantes de consanguinidade ou de adoção. Entre as vantagens da coleta das informações do IBGE no nível da unidade doméstica e não só da família de parentesco, destacam-se as possibilidades de reconstrução de diferentes universos.

Tabela 1

**CRESCIMENTO (%) DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES SEGUNDO
O TIPO DE ARRANJO INTERNO, FAMÍLIA E NÃO-FAMÍLIA
BRASIL, 1970-1989**

TIPOS DE UNIDADES DOMÉSTICAS	DISTRIBUIÇÃO				CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL		CONTRIBUIÇÃO PARA O TOTAL DO CRESCIMENTO	
	1970	1980	1981	1989	1970-80	1981-89	1970-80	1981-89
I. FAMÍLIAS	94.2	93.5	93.8	92.6	3.67	3.40	91.9	89.1
I.1 Casal com filhos	67.8	65.0	65.0	61.0	3.31	2.80	60.4	48.7
I.2 Casal sem filhos	12.5	12.9	12.0	12.5	4.08	4.10	14.2	14.3
I.3 Mãe ou pai com filhos	10.8	12.3	13.5	15.2	5.11	5.50	16.6	22.2
I.4 Outras	3.1	3.3	3.3	3.4	4.40	4.00	5.0	3.9
II. NÃO-FAMÍLIAS	5.8	6.5	6.2	7.4	4.94	5.90	8.1	10.9
II.1 Pessoas sozinhas	5.0	5.8	5.6	6.8	5.30	4.70	7.8	10.5
II.2 Grupo de 2 ou + pessoas sem parentesco	0.8	0.7	0.6	0.5	2.37	1.20	0.5	0.4
TOTAL*	100.0	100.0	100.0	100.0	3.75	3.60	100.0	100.0
- Nº de domicílios particulares	18.48	26.7	27.69	36.66	8.22	8.966		
- Nº de pessoas nos domicílios Particulares	89.9	117.9	119.2	143.2	28.00	24.035		

Fonte: Censos Demográficos 1970 e 1980, PNAD 1981 e 1989.

(1) Os dados do período 1981-89 não incluem a população da área rural da Região Norte.

(2) Na classificação dos domicílios não se incluem agregados, pensionistas, empregados domésticos e seus parentes.

(3) As famílias residem ou não com parentes, aliás, em 1989 tão-só 11.8% total das famílias residiam com parentes.

(*) Valores absolutos em milhares.

cujo peso relativo passou de 16% para 22%, e o das unidades unipessoais (pessoas vivendo sozinhas), cuja contribuição passou de 8% para cerca de 11% do crescimento total dos domicílios particulares.

Portanto, nos inícios dos anos 90, os brasileiros continuavam morando, preferencialmente, em domicílios organizados por laços de parentesco, mesmo sendo os arranjos domésticos do tipo "não-famílias" os que mais cresceram. As últimas estatísticas mostram que, dos 36,6 milhões de domicílios particulares em 1989, uma proporção de 92,6% estava organizada ao redor de uma família, com ou sem filhos, e parentes residentes, e 7,4% dos domicílios particulares eram formados por uma pessoa vivendo só ou por um grupo de duas ou mais pessoas sem relação de parentesco.

Os domicílios particulares brasileiros em 1989 se diferenciam por cor de seus chefes. Do total, 57,7% eram chefiadas por brancos(as), 36% por pardos (as), 5,7% por pretos(as) e 0,6% amarelos(as). As diferenças desses arranjos domésticos vêm marcadas por uma maior proporção de famílias monoparentais entre pretos (21%) e pardos (18%), comparativamente com brancos (14%). Na raiz dessas diferenças estão as diversas dinâmicas demográficas de brancos e não brancos, marcadas pelas desigualdades socioeconômicas e pela discriminação. Por exemplo, as persistentes diferenças de esperança de vida no tempo, cerca de 7 anos a mais para os brancos, as menores

probabilidades de casar e menores taxas de fecundidade entre os pretos até 1960, a mestiçagem e as elevadas taxas de fecundidade entre os pardos são alguns dos elementos que explicariam o crescimento dessas populações e as suas chances desiguais de formarem famílias (Berquó, 1988 e Goldani, 1989).

A maior parte dos domicílios brasileiros em 1989 (77%) residiam em áreas urbanas e um terço deles se encontrava abaixo da linha de pobreza. Entre esses domicílios destacavam-se aqueles formados por mulheres com filhos e sem cônjuge. A pobreza nas áreas urbanas está estratificada, tem um perfil bem definido e separa o país em dois. Com cerca de 40% da população urbana residindo em domicílios classificados como pobres, em 1989, encontra-se que 12% destes apresentavam uma pobreza estrutural, 21% seriam os pobres mais recentes, e 6% pobres com necessidades básicas insatisfeitas (Lopes, 1992).

As maiores probabilidades de serem pobres ou indigentes são encontradas para os domicílios com as populações pardas e pretas, casais jovens com filhos, idosos e os residentes em domicílios plurifamiliares, sobretudo mulheres jovens, sem cônjuge e com filhos. As diferenças de pobreza entre regiões caracterizam dois países: o do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o do Sul e Sudeste (Lopes, 1992).

Os fatores demográficos, explicativos do aumento no número total dos domicílios particulares em décadas anteriores, oferecem elementos para entender as

tendências mais recentes. Demonstramos que na década 1970-80 o aumento no número de domicílios particulares (88%) se deveu, sobretudo, a um efeito composicional, ou seja, a mudanças no tamanho e nas estruturas por sexo, idade e situação matrimonial da população. Os outros 12% se deveram à maior propensão das pessoas, em certas idades e estados civis, a estabelecerem sua própria família, ou seja, às alterações nas taxas de chefia. Simplesmente dizendo, a população cresceu, e mais pessoas casaram, gerando novas famílias, o que, combinado com as maiores taxas de chefia de solteiros, viúvos e divorciados, acabou respondendo pelo crescimento total no número de domicílios particulares (Goldani et al., 1989). Mesmo não dispondo, nas PNADs, da informação necessária para fazer essas mesmas estimativas para o período 1981-89, nossos resultados sugerem que o efeito composicional continuaria a responder pela maior parcela do aumento no número de domicílios particulares, mas, ao mesmo tempo, pela desaceleração de suas taxas de crescimento. Isto porque diminuiu ainda mais a fecundidade e o ritmo de crescimento populacional, aumentaram as separações e divórcios e diminuíram os casamentos. Paralelamente, se confirma a tendência de menor participação de "outros parentes" nos domicílios particulares. A proporção de casais ou de famílias monoparentais que compartilhavam a residência com outros parentes diminuiu de 14% para 11,8% no período 1981-89.

OS ARRANJOS DOMÉSTICOS DO TIPO "NÃO-FAMÍLIAS": O FENÔMENO DE CRESCIMENTO DAS PESSOAS MORANDO SOZINHAS

Mesmo representando apenas 7,4% do total das unidades domésticas em 1989 (cerca de 2,697 milhões), os arranjos do tipo "não-famílias" confirmam a tendência de décadas passadas, e apresentam os maiores valores nas taxas anuais de crescimento no período 1981-89 (Tabela 1). Nesse período, os arranjos unipessoais crescem a taxas de mais do que o dobro (5,9%) daquelas observadas para o tradicional arranjo familiar, do casal com filhos (3,4%).

O perfil das unidades domésticas chamadas "não-famílias" está dado, fundamentalmente, pelas unidades unipessoais (pessoas residindo sozinhas), posto que os grupos de 2 ou mais pessoas sem relação de parentesco em 1989 ainda representaram uma proporção muito pequena do total dessas unidades.

Na medida em que os arranjos unipessoais representam formas de arranjos domésticos alternativos, cabe perguntar: quem são as pessoas vivendo sós? que fatores respondem pelo brutal aumento em suas taxas de crescimento na última década, e que relações isto pode ter com a diminuição nas taxas de crescimento de arranjos conjugais?

A Tabela 2 mostra que os arranjos unipessoais em 1989 são predominantemente urbanos (78,8%), em estágios avançados de ciclo vital, e em geral tra-

ta-se de domicílios pobres, onde 41% têm uma renda média mensal de até um salário mínimo. Mais da metade das pessoas que residem sozinhas (58%) estão na condição de economicamente ativas e 1/4 destas são trabalhadores manuais urbanos.

Com uma população feminina ligeiramente superior à masculina (52%), mas com uma estrutura etária bastante diferenciada por sexo, o incremento de 71% dos arranjos unipessoais no período 1981-89 resultou da combinação de um conjunto de fenômenos tais como: a) uma crescente opção de jovens solteiros, sobretudo homens, de residirem sós, o que aliás coincide com a concentração de 40% das pessoas entre os trabalhadores não manuais e trabalhadores manuais urbanos. Entre 1981 e 1989 aumentou a participação relativa de pessoas de 15-39 anos, com os homens passando de cerca de 38% para 41%, e as mulheres de 16% para 19%. Os diferenciais por sexo nessas idades se dão via maior participação masculina no mercado de trabalho e menores idades de união para mulheres (a média ao casar em 1984 era de 20 anos); b) um aumento da longevidade, que faz com que homens e mulheres vivam mais tempo na condição de viúvos e mantenham seu próprio domicílio, tal como sugerem as elevadas proporções de pessoas de 60 anos e mais entre as que residem sozinhas. O fato de estas proporções serem praticamente o dobro entre as mulheres reflete, por um lado, a maior esperança de vida feminina que já existia (hoje em cerca de 7 anos), o que, somado às diferenças de idade ao casar (4 anos a mais para os homens), faz com que aumente a probabilidade de viuvez para as mulheres. Probabilidade esta que, em 1984, era de 0,5, e que faz com que as mulheres brasileiras tenham chance de passar ao redor de 12% de sua vida adulta na condição de viúvas. Por outro lado, as baixas taxas de recasamento entre as viúvas — que de cada 100 viúvas apenas 57 voltariam a unir-se — somadas à maior intensidade de recasamento entre homens viúvos, também atuam no sentido de aumentar o número de arranjos unipessoais no período 1981-9. A combinação da longevidade maior com fecundidade menor aumenta a probabilidade das pessoas, sobretudo mulheres idosas, viverem sozinhas. Isto confirma o mencionado anteriormente, de que os arranjos unipessoais representariam uma etapa da desagregação do núcleo familiar conjugal; c) uma maior propensão entre divorciados e separados de residirem sozinhos nas idades 30-59, somada ao fenômeno de crescente ruptura matrimonial voluntária (a probabilidade de separação e divórcio mais do que dobrou durante os últimos 40 anos). Ou seja, as unidades unipessoais masculinas nestas idades intermediárias estariam predominantemente definidas por separados e divorciados, enquanto para as mulheres pesaria mais a viuvez. A análise da relação das taxas de chefia por situação matrimonial e idade, em 1980, mostra que, enquanto as taxas de chefia entre separados e divorciados, nas idades 45-54 anos, eram de 63,5 para homens e de 79,1 para mulheres; estas mesmas taxas entre os solteiros eram de 41,7% entre os homens e

Tabela 2

**CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS UNIPESSOAIS
(PESSOAS DE 15 ANOS E RESIDINDO SOZINHAS)
BRASIL, 1981-1989**

CARACTERÍSTICA DAS PESSOAS MORANDO SÓ	TOTAL		PESSOAS COM 60 E MAIS	
	1981	1989	1981	1989
SEXO	100.0	100.0	100.0	100.0
Homens	49.0	47.8	32.7	32.8
Mulheres	51.0	52.2	67.3	67.2
SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	100.0	99.0	100.0	100.0
Urbana	76.2	78.8	72.4	75.8
Rural	23.8	20.2	27.6	24.2
CONDIÇÃO DE ATIVIDADES	100.0	100.0	100.0	100.0
- <i>Ativos</i>	55.5	58.2	21.1	22.2
Empregadores	2.0	2.6	1.1	1.2
Trabalhadores não manuais	11.5	14.8	2.1	2.4
Trabalhadores manuais urbanos	24.7	26.3	8.2	9.2
Empregados domésticos	2.8	3.5	1.5	1.0
Trabalhadores rurais	13.1	10.0	8.0	8.3
Não remunerados	0.1	0.1	0.1	0.0
Procurando trabalho	1.3	0.9	0.1	0.1
Sem declaração	—	—	—	—
- <i>Inativos</i>	44.5	41.8	78.9	77.8
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 01 S.M.	46.7	41.3	65.2	59.5
De 01 a 02 S.M.	21.1	19.8	15.6	16.4
De 02 a 03 S.M.	10.1	10.8	6.3	7.3
Mais de 03 S.M.	19.3	25.3	10.8	14.4
Sem rendimento	2.2	2.0	1.4	1.4
Sem declaração	0.6	0.8	0.7	1.0
IDADE	HOMENS		MULHERES	
	(100.0)	(100.0)	(100.0)	(100.0)
15 a 29 anos	20.5	21.4	7.2	8.6
30 a 39 anos	17.5	19.2	8.9	10.8
40 a 59 anos	33.0	30.8	26.7	26.8
60 anos e mais	29.0	28.6	57.2	53.8

Fonte: PNAD, 1981 e 1989.

35,8% entre as mulheres. Portanto, o crescimento dos arranjos unipessoais está dado por homens mais jovens solteiros e mulheres mais velhas separadas, além de viúvas (Goldani et al., 1989).

**OS ARRANJOS DOMÉSTICOS DAS "FAMÍLIAS":
A DIVERSIFICAÇÃO DO MODELO NUCLEAR E A
CRESCENTE IMPORTÂNCIA DO MODELO
MONOPARENTAL**

O perfil dos arranjos domésticos organizados como famílias mostra que estas têm um tamanho médio de

4,1 pessoas, e que o arranjo familiar mais comum ainda é o casal, com ou sem filhos (79%) (Tabela 3). Entretanto, os arranjos monoparentais (mãe ou pai com filhos) cresceram a um ritmo bem mais intenso, e já representam 16,5% do total das famílias em 1989. Mais da metade das famílias brasileiras se encontram em fase de formação ou expansão — chefes com idades médias até 39 anos e mais de 3/4 destes só com filhos menores de 14 anos que majoritariamente dependem da renda do chefe para viver. A proporção média da renda familiar que dependia do chefe, em 1989, foi de 72%, e variou segundo os tipos de família. Esta dependência da renda do chefe é maior entre aquelas famílias que têm todos os filhos

Tabela 3

**DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O TIPO,
CICLO VITAL, TAMANHO E RENDIMENTO
BRASIL, 1981 a 1989**

DOMICÍLIOS POR TIPO DE FAMÍLIA	TIPO DE FAMÍLIA (%)		TAMANHO MÉDIO (1)		Nº MÉDIO FILHOS (2)		RENDIMENTO MÉDIO (3)		PROPORÇÃO DE PESSOAS TRAB.		PORC. MÉDIA DA RENDA QUE DEPENDE DE CHEFE	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
	TOTAL(*)	25,97	33,96	4,5	4,1	2,5	2,1	1,3	1,7	37,8	41,5	73,0
I - Conjugal (4)	82,1	79,4										
I.1 Casal sem filhos	12,8	13,6	2,2	2,2			2,1	2,9	50,0	50,0	81,4	81,1
I.2 Casal com filhos	69,3	65,8	5,2	4,8	3,1	2,7	1,2	1,6	34,6	39,6	75,0	72,8
Filhos < 14 anos	37,7	36,3	4,5	4,3	2,4	2,2	1,1	1,5	28,9	32,6	86,4	82,1
Filhos > 14 anos	12,2	12,8	4,3	4,2	2,1	2,0	1,9	2,4	51,2	54,8	62,0	69,0
Filhos de ambas as idades	19,4	16,7	7,1	6,3	5,0	4,2	0,8	1,2	38,0	42,8	67,4	69,0
II - Monoparental	12,4	14,8										
II.1 Mães sem cônjuges com filhos	12,4	14,8	3,6	3,4	2,3	2,1	0,9	1,1	38,9	41,2	48,8	52,9
Filhos < 14 anos	4,1	5,7	3,0	2,8	1,8	1,7	0,5	0,7	23,3	28,6	90,3	93,3
Filhos > 14 anos	5,7	6,4	3,2	3,1	1,8	1,7	1,3	1,6	46,9	51,6	38,0	36,0
Filhos de ambas as idades	2,6	2,7	5,4	5,0	4,2	3,9	0,6	0,7	38,9	67,7	47,9	52,1
III - Outras famílias	5,5	5,8	3,1	2,9	0,8	0,7	1,6	2,0	45,2	48,3	60,5	60,4

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, IBGE, 1991.

(1) Não inclui as pessoas cuja condição na família era pensionista, agregado, empregado doméstico e parentes destes.

(2) Filhos residentes no domicílio.

(3) Rendimento médio familiar per capita (em salários mínimos de 1981).

(4) Inclui famílias com ou sem outros parentes.

(*) Valores absolutos em milhares.

com menos de 14 anos, principalmente entre as mães sem cônjuge, onde 90% da renda dependia do chefe, e entre os casais com filhos, onde esta proporção alcança 82% em 1989.

É importante observar que, apesar da diminuição do tamanho das famílias, aumentou a proporção dos membros que trabalham. A proporção média das pessoas trabalhando na família era de 38% em 1981 e passou a 42% em 1989. São as mulheres as maiores responsáveis por estes aumentos. As taxas de atividade da mulher (esposa do chefe) aumentaram de 27% para 37% entre 1981 e 1989.

Há uma estreita relação entre os tipos de família, as etapas do ciclo de vida familiar e a qualidade de vida de seus membros. Em 1989 encontram-se, em um extremo, as famílias formadas pela mãe sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos, como as mais pobres e com mais dificuldades de gerar recursos. No outro extremo, estão as famílias de casal com filhos de 14 anos ou mais que apresentam os maiores níveis de rendimento per capita, e cuja renda familiar depende menos do chefe.

As mudanças na estrutura das famílias definidas em termos de número, tamanho, arranjos internos e estágio de desenvolvimento, mostram que: **a)** o número de famílias entre 1970 e 1989 quase dobrou, de 18,4 para 36,6 milhões (Tabela 1). Este aumento de cerca de 95% no número de famílias foi acompanhado de uma diminuição de 22% no tamanho. Contribuiu para isso o crescimento da população, bem como a distribuição desta por idade, sexo e estado

civil. Assim, estima-se que mais de dois terços do crescimento no número de famílias se deveu a um número maior de pessoas casadas, mas também ao incremento nas taxas de chefia entre as mulheres viúvas, separadas e divorciadas com filhos; **b)** o tamanho da família sofreu uma diminuição de cerca de 1 pessoa, em média, no período 1970-89 (Tabela 4). Esta passagem de um tamanho médio de 5,0 para 4,1 pessoas por família resultou da combinação de vários fatores, tais como: queda da fecundidade, diminuição da mortalidade, bem como das disrupções matrimoniais por viuvez, separações e divórcios. Com tamanhos diferenciados segundo o local de residência, as famílias mostram um tamanho maior nas áreas rurais, de 5,3 e 4,6 pessoas em média contra 4,7 e 4,0 nas áreas urbanas, respectivamente em 1970 e 1989. Estes diferenciais se mantêm no tempo, muito embora tenha diminuído mais o tamanho das famílias urbanas. Boa parte destas diferenças têm a ver com as variações nos níveis de fecundidade urbano-rurais e regionais, que estão colocados entre os determinantes próximos das estruturas familiares; **c)** na organização interna dos arranjos familiares ainda predomina o casal, com ou sem filhos, apesar de que, na última década, os aumentos maiores ficaram por conta da família "monoparental". As mudanças de 1981 para 1989 mostram, respectivamente: 81,9% e 79,5% de famílias formadas por casais; 14,6% e 16,8% monoparentais; 3,5% e 3,7% de outros tipos de família (Tabela 5); **d)** a menor proporção de famílias formadas por casais em 1989 se deve à diminuição relativa do arranjo de casal com filhos, cujas taxas médias anuais

de crescimento (2,8%) foram as mais baixas nos anos 80. Haveria, de fato, uma tendência de fragmentação deste tipo de família no período, que é acompanhada pelas tendências de aumento nas proporções de casais sem filhos mas, sobretudo, de famílias monoparentais (em sua maioria mãe com filhos e sem cônjuge). As mudanças na nupcialidade, o aumento das mulheres solteiras com filhos e a queda continuada da fecundidade são alguns dos processos demográficos mais estreitamente associados com essas tendências; e) cerca da metade das famílias brasileiras estão em fase de expansão e/ou "consolidação". Diferentes tipos de arranjo familiar combinam famílias em diferentes estágios de desenvolvimento. 36% dos casais com filhos tinham filhos menores de 14 anos, enquanto 6% dos arranjos de mães com filhos, sem cônjuge, tinham estes menores. Já entre os casais sem filhos, a metade dessas famílias estava no estágio de dispersão, ou seja, era formada por casais que tinham idades médias de 50 anos ou mais, cujos filhos já não residiam com eles; os outros 30% dessas famílias estavam em fase de formação, ou seja, eram casais com idades médias até 29 anos, que provavelmente não tiveram filhos, ou pelo menos não residiam com eles; os restantes 20% seriam famílias em fase de expansão; f) o maior destaque em termos de novos arranjos familiares fica por conta das famílias monoparentais, que apresentam as maiores taxas de crescimento nas últimas duas décadas, em média 5% ao ano. Dentro dessas famílias, são aquelas compostas por mãe com filhos e sem cônjuge as que mais aumentam sua participação relativa no total, sendo que a proporção de pai sem cônjuge e com filhos se manteve ao redor de 2% no mesmo período.

Tabela 4

PROPORÇÃO* DE FAMÍLIAS COM CHEFES MULHERES E TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A RESIDÊNCIA

BRASIL	1950	1960	1970	1980	1986	1989
Total	12.1	10.7	13.0	15.6	18.4	20.2
Urbano	—	14.0	15.7	18.0	20.6	22.4

SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA	1970	1980	1981	1989
Total de domicílios (1)	4.8	4.4	4.3	3.9
Urbana	4.6	4.2	4.1	4.8
Rural	5.1	4.8	4.8	4.4
Total de famílias (2)	5.0	4.6	4.5	4.1
Urbana	4.7	4.4	4.3	4.0
Rural	5.3	5.0	5.1	4.6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, 1981 e Tabulações Especiais, 1989.

* A população rural da Região Norte não foi incluída nas PNADs.

(1) Unidade doméstica inclui todas as pessoas residentes nos domicílios particulares, com ou sem laços de parentesco.

(2) Famílias inclui somente as pessoas, residentes em domicílios particulares, com laços de parentesco (de sangue, adoção ou casamento).

Há uma tendência generalizada de nuclearização no conjunto das famílias como mostram os resultados para as regiões Nordeste, Sul e Sudeste. A proporção de mães sem cônjuge e com filhos vivendo com parentes aumenta ligeiramente, no país e nas regiões analisadas (Tabela 6). Entretanto, cai a proporção de casais com filhos vivendo com parentes. Portanto, os parentes, na maioria pais e/ou sogros do chefe, ao sobreviverem mais tempo (casados, divorciados ou viúvos), permanecem cada vez mais vivendo em seus domicílios, ou então passam a viver com uma família monoparental.

As chamadas "outras famílias" aumentam muito pouco e representam, em 1989, 3,8% no Nordeste, 2,9% no Sul e 4,2% no Sudeste (Tabela 6). Formadas por um conjunto de pessoas relacionadas eventualmente por laços de parentesco, mas sem a presença de um núcleo conjugal, aumentam devido às tendências de maior longevidade e padrões culturais de cuidados de pessoas idosas pela parentela, que se verificam no Brasil.

A distribuição das mulheres chefes por *status* matrimonial mostra que, no total, predominam as viúvas, as solteiras e as divorciadas. Chama a atenção, no entanto, que no período 1960-84 os incrementos maiores de famílias com chefes mulheres ocorreram entre as mulheres solteiras, seguidas das divorciadas. Essas tendências ficam ainda mais evidentes mediante os dados para mulheres chefes em idades reprodutivas, por situação matrimonial e cor (Tabela 7). Entre 15 e 54 anos estas passam de predominantemente viúvas em 1960 para solteiras em 1984. Mesmo considerando os possíveis efeitos das diferenças de definições do fenômeno nos dois momentos, as cifras são suficientemente fortes em 1984 e sugerem um generalizado efeito da queda da mortalidade em ambos os sexos sobre o potencial de tempo da mulher como viúva nas idades reprodutivas e de um aumento das separações e divórcios. O aumento das chefes solteiras resultaria, também, da combinação das tendências de maiores taxas de chefia entre as solteiras, associadas ao aumento de 3% para 11% nas mulheres solteiras com filhos entre 1960 e 1984.

Como um fenômeno crescentemente urbano, as mulheres chefes de família têm sua representatividade aumentada em 18% no total do país e de 33% nas áreas metropolitanas, no período 1978-87. As diferenças regionais mostram que são as áreas metropolitanas da região mais pobre do país, o Nordeste, onde mais aumenta a participação das mulheres chefes de família. Assim, Fortaleza aumentou em cerca de 31%, Salvador 26% e Recife 20%. Nas áreas metropolitanas do Sudeste, a chefia feminina incrementou em cerca de 33% no Rio de Janeiro, 25% em São Paulo e 18% em Belo Horizonte. Já no Sul, tanto Curitiba como Porto Alegre tiveram um aumento de cerca de 25% nas famílias com chefes mulheres, ficando Belém, no Norte do país, com o menor crescimento, 15% no período 1978-87 (Barros e Fox, 1990).

Finalmente, caberia chamar a atenção para o fato de que as mudanças nos arranjos familiares ganham ainda maior relevância quando vistas desde a perspectiva dos seus chamados membros dependentes:

Tabela 5

**FAMÍLIAS E CHEFES POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO SEGUNDO
ALGUMAS CARACTERÍSTICAS
BRASIL, 1981 a 1989**

CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS E DOS CHEFES	TOTAL		URBANA		RURAL	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989
PERFIL DAS FAMÍLIAS						
Distribuição (%)	100.0	100.0	74.1	77.0	25.9	22.3
- Tamanho médio	4.5	4.1	4.3	4.0	5.1	4.6
- Nº médio de filhos	2.5	2.1	2.3	2.0	3.0	2.6
- Rendimento médio mensal	4.8	6.1	5.8	7.2	2.2	2.7
- Rend. médio familiar per capita	1.3	1.7	1.5	2.0	—	0.7
- Proporção média da renda que depende do chefe	73.0	71.6	72.4	71.2	77.1	75.5
- Nº médio de pessoas que trabalham	1.7	1.7	1.6	1.6	2.0	2.0
CARACTERÍSTICAS DO CHEFE						
- Idade média do chefe	43.2	43.4	42.9	40.2	44.1	44.1
- Chefes homens	83.1	79.9	81.0	77.6	89.1	87.6
- Chefes mulheres	16.9	20.1	19.0	22.4	10.9	12.4
- Número médio de anos de estudo	3.9	4.7	4.7	5.5	1.6	2.2
TIPOS DE FAMÍLIAS	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
I - Conjugal	81.9	79.5	84.2	81.5	86.9	85.6
I.1 Casal com filhos	61.2	58.7	58.9	56.6	67.9	65.7
I.2 Casal com filhos e parentes	8.1	7.2	8.4	7.3	7.1	6.7
I.3 Casal sem filhos	11.0	11.8	11.4	11.9	9.9	11.4
I.4 Casal sem filhos e parentes	1.8	1.8	1.7	1.8	2.0	1.7
II - Monoparental	14.6	16.8	15.8	18.5	10.3	11.7
II.1 Mãe ou pai com filhos	11.8	14.0	13.0	15.4	8.5	9.8
II.2 Mãe ou pai com filhos e parentes	2.8	2.8	2.8	3.1	1.8	1.9
III - OUTRAS FAMÍLIAS	3.5	3.7	3.8	4.0	2.8	2.7

Fonte: Perfil das Crianças e Mães no Brasil, IBGE, 1988 e 1991.

Tabela 6

**FAMÍLIAS SEGUNDO TIPOS POR REGIÕES
1981 a 1989**

TIPOS DE FAMÍLIAS	NORDESTE		SUL		SUDESTE	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989
TOTAL (%)	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Números (000)	7,049	8,985	4,366	5,612	12,258	15,954
I - Conjugal	80.4	78.0	86.0	83.7	82.0	78.1
I.1 Casal com filhos	68.8	66.0	72.1	68.7	68.4	63.6
Vivendo sem parentes	59.4	57.8	65.2	62.2	61.0	57.0
Vivendo com parentes	9.4	8.2	6.9	6.5	7.4	6.6
I.2 Casal sem filhos	11.6	12.0	13.9	15.0	13.6	14.5
Vivendo sem parentes	9.3	10.0	12.3	13.4	12.0	12.8
Vivendo com parentes	2.3	2.0	1.6	1.6	1.6	1.7
II - Monoparental	15.8	18.2	11.3	13.4	14.3	17.7
II.1 Mães s/ cônjuges c/ filhos	13.7	16.0	9.6	11.6	12.4	15.7
Vivendo sem parentes	10.8	13.0	8.2	10.1	10.3	13.3
Vivendo com parentes	2.9	3.0	1.4	1.5	2.1	2.4
II.2 Pais com filhos	2.1	2.2	1.7	1.8	1.9	2.0
III. Outras famílias	3.8	3.8	2.7	2.9	3.7	4.2

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, IBGE, 1991.

Tabela 7

**DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA
DE 15-54 ANOS SEGUNDO A COR E O ESTADO CIVIL**

SITUAÇÃO MARITAL	1 9 6 0				1 9 8 4			
	BRASIL (A)	Branca	Parda	Preta	BRASIL (A)	Branca	Parda	Preta
Chefe de Família	5.1	4.2	6.0	8.5	9.8	8.7	10.7	15.2
Solteira	23.2	20.8	23.4	31.1	45.4	40.5	48.1	53.7
Casada (B)	1.6	1.9	1.3	1.0	2.9	2.8	3.3	2.5
Viúva	49.1	53.3	45.6	42.7	20.7	22.4	19.4	19.0
Divorciada/Separada	26.1	24.0	29.7	25.2	31.0	34.3	29.2	25.0
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
N (C)	908	457	311	137	1350	677	519	131

Fonte: Goldani, 1991.

(A) Brasil inclui uma pequena proporção de asiáticas e outros grupos étnicos.

(B) Inclui uniões consensuais, só civil, civil e religioso, só religioso.

(C) Em milhares.

crianças e idosos. No Brasil, 3,3 milhões de crianças menores de 14 anos viviam só com a mãe, sem cônjuge em 1989. Isto representou 11% das crianças residentes em domicílios particulares (Tabela 8). Já os outros 88% das crianças residiam em arranjos formados por casal com filhos, e o restante em outros tipos de arranjos domésticos. O fenômeno de crianças não residindo com o pai, fator comumente associado às más condições de vida das crianças e ao aumento destas "abandonadas ou pedindo" pelas ruas das cidades, apesar de relativamente pequeno, foi o que mais aumentou na última década. Enquanto a proporção de crianças (menores de 14 anos) residindo só com a mãe aumentou em 72%, aquelas vivendo com casais incrementaram em cerca de 15% e as residentes em outros arranjos aumentaram em 20%.

Além da maior proporção de crianças vivendo com a mãe, aumentou também o tempo que as mulheres passam na condição de mãe sem cônjuge com filhos, o que significa chances de incremento na pro-

habilidade de as crianças passarem mais tempo vivendo neste tipo de arranjo doméstico. A análise do comportamento de diferentes coortes nesta segunda metade do século mostrou que a expectativa das mulheres permanecerem sem cônjuge e com filhos aumentou em cerca de 4 anos. Assim, com a experiência de mortalidade, fecundidade e nupcialidade das mulheres em idades reprodutivas em 1984, estima-se que a probabilidade é de que 11,2 anos de sua vida adulta as mulheres passariam na condição de mãe sem cônjuge e com filhos (Goldani et al., 1989).

Por outro lado, são os idosos apontados pelo censo demográfico de 1991 como o contingente de maior velocidade de crescimento. Com taxas médias anuais de crescimento superiores à média da população, eles tendem a pressionar os recursos, tanto públicos como familiares, que estão majoritariamente direcionados para atender as crianças e jovens. Como na maioria dos países latino-americanos, no Brasil a tradição cultural é de obrigações filiais para com os parentes ido-

Tabela 8

**DISTRIBUIÇÃO DOS FILHOS RESIDENTES COM FAMÍLIAS
EM DOMICÍLIOS PARTICULARES SEGUNDO O TIPO DE FAMÍLIA**

TIPOS DE FAMÍLIAS	FILHOS RESIDENTES				CRESCIMENTO NO PERÍODO	
	Total		< de 14 anos		1981	1989
	1981	1989	1981	1989	Total	< de 14 anos
Casal com filhos	87.7	84.5	91.3	87.9	8.3	15.2
Mãe com filhos	11.7	14.8	7.4	10.8	42.4	72.3
Outras famílias	0.6	0.7	1.3	1.3	19.9	19.9
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	-	-
Valores Absolutos (000)	63.619	71.499	25.761	30.790	12.4	19.5

Fonte: IBGE, Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, 1991.

sos, sobretudo os pais, somada às generalizadas más condições de vida da população idosa, que explicariam a tendência de os idosos residirem em famílias extensas ou multigeracionais.

Um estudo multicêntrico sobre o idoso — em áreas urbanas da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Guiana, e Trinidad Tobago, em 1989-90 — confirma que são poucos os idosos que vivem só e que mais de 50% residem em unidades domésticas multigeracionais. No caso do Brasil, estes resultados para São Paulo indicam que os idosos encontram-se 59% em unidades multigeracionais, 32% em unidades de uma só geração, ou seja, em sua própria famílias, e apenas 10% viveriam só. Os resultados para São Paulo comparados com outros para 1984 sugerem que houve um aumento dos idosos em unidades multigeracionais, de 56% para 59% no período 1984-89 (Ramos, 1987; 1987a). As unidades domésticas multigeracionais em São Paulo se caracterizam por serem mais freqüentes entre os pobres e migrantes, por terem idosos com elevados níveis de incapacidade e muitas viúvas praticamente sem renda. Portanto, os idosos aí localizados emergem como uma das camadas mais vulneráveis e dependentes do suporte da estrutura familiar.

Outros estudos mostram que a proporção de idosos vivendo só vem aumentando, passou de cerca de 8% em 1980 para cerca de 10% em 1989. Assim, os idosos que em 1980 representavam 30% do total das pessoas vivendo só, passam em 1989 a representar 42% dos arranjos unipessoais. Importante observar as variações por gênero nos arranjos domésticos dos idosos. Mais de 2/3 dos idosos brasileiros vivendo só em 1989 eram mulheres (Tabela 2). Na análise dos arranjos dos idosos se verifica que 58% das mulheres viviam em suas próprias famílias (distribuídas de forma bastante similar em arranjos conjugais e monoparentais); cerca de 29% viviam com parentes e outros 12,7% viviam só. Já entre os homens de 60 anos e mais uma maioria (85%) viviam em arranjos conjugais próprios, com ou sem filhos, 12,2% viviam com outros parentes, e apenas 2,7% viviam só (Berquó e Cavenaghi, 1988). Os dados também sugerem que as desigualdades por gênero se tornam ainda mais agudas com a idade, à medida que, ao sobreviverem mais, as mulheres têm maiores chances de permanecerem viúvas, com dificuldades de acesso a pensões e aposentadorias, piores oportunidades para obter trabalho e precário acesso aos equipamentos sociais.

AS PERSPECTIVAS FUTURAS DA FAMÍLIA BRASILEIRA

As famílias brasileiras resultam de um complexo de fatores inter-relacionados cortado por desigualdades espaciais, econômicas, raciais e culturais que torna difícil prognosticar seu futuro. Entretanto, ao analisar as suas perspectivas considero três aspectos importantes nos seus rumos futuros: 1) os prognósticos demográficos para os próximos anos e seus impactos sobre

a estrutura populacional e sobre a composição das demandas por serviços públicos e familiares; 2) as tendências e perspectivas institucionais que caracterizam as políticas sociais e econômicas do Estado brasileiro e as chances de participação da população; 3) o potencial de mudanças da família frente aos fatos atuais e às expectativas das pessoas quanto aos valores e comportamentos em áreas sensíveis de mudanças na família, tais como: relações entre os sexos e casamento, filhos, e as “novas” condições da mulher.

Com relação aos prognósticos demográficos estima-se que a população brasileira alcançará cerca de 170 milhões nos inícios do século XXI, e que 80% dessas pessoas estarão residindo em áreas urbanas. Ou seja, com uma redução de 30% na sua taxa de crescimento, mas com uma estrutura de partida ainda jovem, o país ganharia um contingente de 50 milhões de pessoas entre 1980 e 2000 (Camarano et al., 1989). A queda da fecundidade já em ritmo acelerado responderá pelo menor crescimento da população em geral, e, como tal, determinará a diminuição relativa dos primeiros grupos de idade. Isto, de forma cumulativa ao longo deste final do século, afetará o crescimento dos grupos em idade ativa e dos idosos, com estes últimos aumentando sua participação relativa na população. Esse crescimento afetará de forma específica as estruturas de demanda por serviços públicos e demandas da família.

A população brasileira que tinha em média 18,8 anos em 1950, e apenas 4,2% de pessoas com 60 anos e mais, chega em 1991 mais velha em cerca de 6 anos. Ou seja, no censo de 1991 a idade média da população brasileira foi de 24,8 anos e a população de 60 anos e mais representava 7,8%. Estimativas conservadoras para o ano 2000 indicam uma idade média da população de cerca de 28 anos e uma proporção de pessoas com mais de 60 anos da ordem de 8,5%. Assim, as estimativas da população idosa brasileira ficam bem aquém quando comparadas com os países com estrutura envelhecida como os europeus (15% hoje), cifra que só atingiriam nos próximos 30 ou 40 anos. Entretanto, tal como já aconteceu com outros fenômenos demográficos, a rapidez com que se processam as mudanças no volume da população idosa, e as implicações dos processos de envelhecimento decorrentes da maior longevidade adquirem, no contexto brasileiro, uma dimensão que vai além de sua representatividade estatística no conjunto da população.

O anunciado processo de envelhecimento sugere uma crescente demanda por serviços públicos voltados para o atendimento da população idosa que, dependendo da região, vai exercer maior ou menor pressão sobre os serviços públicos. A família brasileira como tradicional fonte de suporte econômico e afetivo dos seus idosos, será chamada a assumi-los ainda mais. No quadro das transformações pelas quais passa a família, o maior número de membros idosos e as perspectivas de maior longevidade colocam a demanda por serviços e atendimento na família como

uma sobrecarga. Diminui o número de membros da família potencialmente disponíveis para o atendimento, não só porque o tamanho da família vem caindo, mas também porque aumenta a participação deles no mercado de trabalho. Isto é particularmente verdadeiro se tomarmos em conta que é a mulher, na condição de filha, nora, sobrinha ou neta que se encarrega dos cuidados com idosos da família. Ao mesmo tempo, são estas mulheres as que mais têm saído para o mercado de trabalho e buscado estilos de vida alternativos. Portanto, a demanda por asilos e serviços especializados de atendimento ao idoso tende a crescer e acompanhar as transformações na família, bem como as necessárias redefinições de responsabilidades e dependência familiar.

As taxas crescentes de famílias com chefes mulheres nas áreas urbanas assumem dimensões dramáticas quando se tem presente a associação entre famílias chefiadas por mulheres e pobreza urbana. Mantidas ou acentuadas as desigualdades regionais, como sugerem as tendências da última década, estas famílias pobres com chefes mulheres estariam mais representadas nas áreas metropolitanas de Fortaleza, Salvador e Recife. As implicações disso para as políticas sociais parecem evidentes e sugerem que famílias com chefes mulheres passem a ser contempladas entre os chamados grupos-alvo, com prioridade de atendimento dos programas sociais.

A persistência de um perfil demográfico relativamente jovem da população brasileira nas próximas décadas faz com que a geração de empregos continue como a variável-chave do planejamento social. Paralelamente à necessidade de um maior dinamismo econômico e às opções de novos empregos, aparece como fundamental a criação de mecanismos efetivos de proteção dos trabalhadores, particularmente dos trabalhadores não-qualificados e das mulheres, ainda discriminadas. Isso apontaria para a necessidade de melhoria de programas de formação de recursos humanos, seguro-desemprego, bem como de pôr urgentemente em prática medidas constitucionais de "ação positiva" para a mulher trabalhadora. Ao gerar uma estrutura de oportunidades menos desigual, essas medidas, certamente, contribuiriam para uma abertura no leque de opções individuais com impactos sobre a dinâmica familiar.

Em termos das perspectivas nas políticas sociais e econômicas, um primeiro dado seriam as conquistas alcançadas, como a universalização formal da cobertura de saúde, a tendência de expansão da cobertura de equipamentos sociais em geral, e, em menor medida, do gasto social que estaria ilustrando um novo momento das relações entre Estado e sociedade. Neste sentido, análises recentes sugerem que a manutenção e desenvolvimento das políticas sociais ajudaram a conter o impacto negativo do ciclo recessivo dos anos 80 e, no caso de São Paulo, as conclusões são enfáticas o suficiente para recomendar "cautela ao se pensar na redefinição das funções governamen-

tais" (UNICAMP/NEPP, 1990. p.20). Isso porque o centro do debate político brasileiro, hoje, gira ao redor dos temas da descentralização e das políticas sociais. A descentralização aparece na nova Constituição, ao propor que os municípios passem a ser uma esfera autônoma da federação. Entre as novas atribuições, caberia aos municípios responsabilidades maiores em termos das políticas sociais, contando para isso com transferência de recursos tributários do Estado e da União. No nível da população, potencialmente significaria uma participação maior no desenho e decisões das políticas sociais. Entretanto, essa descentralização ainda não se generalizou e haveria mesmo grandes possibilidades de uma recentralização das iniciativas e decisões de política social por parte do Estado central (UNICAMP/NEPP, 1990. p.221).

Gerando intensas polêmicas, as propostas privatizantes atuais, juntamente com o discurso do executivo federal, deixam sérias dúvidas sobre as estratégias do Estado central brasileiro no campo das políticas sociais. Isso dificulta as especulações sobre suas tendências futuras e os possíveis impactos sobre a família. No Estado de São Paulo, onde, na prática, se verifica um processo de descentralização dos serviços, as perspectivas da área social para os anos 90 apontam para uma municipalização e privatização dos serviços (UNICAMP/NEPP, 1990).

Os cenários econômicos e as perspectivas no campo social projetados por Cano (1990) sugerem que: 1) no contexto de um cenário neoliberal, bastante próximo da proposta do governo federal atual, as políticas sociais enfrentarão um quadro de estrangulamento financeiro, seletividade e privatização, paralelamente à agudização social e às crescentes demandas por serviços sociais; 2) no cenário alternativo, chamado de "organizado-defensivo", haveria uma restauração da capacidade financeira do Estado, o que possibilitaria o investimento público em infra-estrutura e sobretudo o desenvolvimento de uma política social responsável.

A descentralização, contemplada em ambos os cenários econômicos, ofereceria uma margem de participação maior dos segmentos populacionais interessados, no cenário "organizado-defensivo". Isto porque, no cenário neoliberal, a descentralização pareceria vincular-se muito mais à privatização, de acordo com a lógica setorializada (UNICAMP/NEPP, 1990. p.255). Assim, apesar de a família ter sido um elemento periférico nas decisões sobre políticas de saúde, educação, programas sociais e outros que lhe dizem respeito (como atendimento de crianças e idosos), as perspectivas são de um maior estreitamento entre Estado e família, o que talvez seja possível via descentralização.

No que tange aos fatos, opiniões e expectativas de comportamento da população, observa-se que a diminuição no tamanho das famílias estará determinada, cada vez mais, pela variação nos tipos de família e menos pela fecundidade. Isso irá variar de acordo com as regiões do país, mas será generalizado e

mais forte nas regiões metropolitanas. Estes prognósticos têm por base as tendências de diversificação nos arranjos domésticos e familiares e os baixos níveis de fecundidade já alcançados no país. De fato, ainda que o declínio no tamanho das unidades domésticas e famílias seja contínuo nas últimas décadas, constata-se uma variação no peso relativo dos fatores que o determinaram.

Até os anos 70, o tamanho da família resultou do impacto cumulativo da fecundidade. A partir de então, com as taxas de fecundidade declinando, as mudanças nos arranjos familiares passaram a ganhar maior peso na determinação do tamanho das famílias. Demonstramos que a diminuição no tamanho das famílias das mulheres em idades reprodutivas em 1984 resultou sobretudo dos elevados níveis de separação e divórcio. O peso da fecundidade sobre o tamanho da família foi mais importante entre as mulheres de coortes mais antigas e entre as de cor branca. Para as mulheres de cor preta, foram os novos arranjos gerados pela maior disrupção matrimonial (por viuvez e por divórcio) que determinaram a diminuição no tamanho das suas famílias. Mesmo que o tamanho da família tenda a diminuir, não se pode esquecer de que o número de gerações sobreviventes vem aumentando. Este *overlap* de gerações oferece chances de uma complexa interação, bem como possibilita que certas gerações passem adiante suas responsabilidades de atendimento ou deixem de recebê-las.

Em termos de organização interna, observa-se que as separações e divórcios adicionam um grau de complexidade cada vez maior, na medida em que crescem os recasamentos. Isto, somado às melhorias de saúde e extensão da longevidade, possibilita não só uma complexidade maior como poderia trazer de volta as famílias de três a quatro gerações, não necessariamente co-residindo. Assim, além das tendências de variação nos tipos de arranjos familiares, no futuro pesará ainda mais a durabilidade desses tipos de arranjo.

A coabitação como alternativa ao casamento se torna numericamente cada vez mais expressiva, e aceita legal e socialmente. A coabitação, mesmo tendendo à formalização legal ou a uma disrupção mais rápida, irá representar uma alternativa de união importante para as pessoas em diferentes estágios do ciclo de vida familiar. As perspectivas de transformações sociais, econômicas e demográficas apontam para uma diversificação ainda maior dos arranjos domésticos e para novas opções, mas podem, também, reforçar certas formas tradicionais de família, ainda que com significados diferentes. O casal com filhos continuará diminuindo seu peso relativo. As famílias monoparentais passarão a fazer parte da experiência de vida, pelo menos durante uma parte da infância dos brasileiros. Da mesma forma, o viver sozinho ou ficar solteiro por opção dentro de um estilo de *single lifestyle* também será parte importante da vida urbana que está no horizonte dos brasileiros.

A longo prazo, as tendências de adiamento, menor intensidade e duração de casamentos e nascimentos desencadeará um processo de diminuição de uniões e do número de filhos por coorte, que afetará o ciclo de vida familiar. As famílias hoje, distribuídas relativamente por igual nos diferentes estágios de ciclo familiar, tenderão a concentrar-se em estágios mais avançados. Assim, as alterações também deverão ir na linha de um encurtamento da chamada fase de formação da família e um alargamento da fase de dispersão ou "ninho vazio". Entre as implicações futuras do fenômeno está a liberação maior da mulher para a atividade econômica, ao diminuir seu tempo de criação de filhos; pois mesmo com um aumento das taxas de atividade feminina generalizada, mantém-se a tradicional relação entre menores taxas de atividade e mulheres com filhos pequenos. Da mesma forma, o alargamento do período em que o casal permanecerá sem filhos terá implicações específicas, tanto em termos de políticas sociais específicas como para uma redefinição da dinâmica familiar.

As opiniões, atitudes e expectativas dos atores envolvidos nos processos de construção das famílias aparecem como elementos fundamentais quando se trata de especular sobre o futuro da família. Pesquisas de opiniões recentes, sobre casamento e relações entre sexos, opinião sobre filhos e condição da mulher são sugestivas a respeito. Mostram, por exemplo, que a identificação entre casamento, filhos e família aparece bastante estreita e generalizada (*Folha de São Paulo*, 1991).

O casamento continua em alta, pois a maioria continua querendo casar-se, e de preferência legalmente. Um perfil dos paulistanos que querem se casar mostra que essa vontade é mais forte entre os homens (71%) do que entre as mulheres (53%). A permanência do casamento parece alimentada pelas expectativas preenchidas. Praticamente 3/4 dos casados revelam que não se decepcionaram com o cônjuge, sendo mesmo que 27% revelam que tiveram suas expectativas ultrapassadas e 47% encontraram exatamente o que esperavam antes de casar.

O celibato por opção e o estilo de vida de solteiro também é ratificado. Entre os que não pretendem se casar, uns 15% dizem que preferem manter a independência ou a liberdade e 11% preferem ficar sós. As opiniões na cidade de São Paulo revelam que paralelo à inovação, persiste o preconceito. Quanto à virgindade como precondição do casamento, 70% dos entrevistados aceitavam que os homens não devem se casar virgem e apenas 47% destes consideravam que as mulheres não deveriam. Na mesma linha de preconceito ou convencionalismo, encontra-se que 65% dos paulistanos consideram um absurdo o casamento aberto a outras relações, e 64% dizem que as uniões homossexuais não devem ser reconhecidas legalmente.

Os resultados para São Paulo devem ser vistos na perspectiva de que os sentidos das mudanças e

permanência de valores variam de acordo com a posição socioeconômica dos diferentes grupos, a situação de domicílio, o estado civil e a religião, como enfatizaram outras pesquisas de opinião e os resultados preliminares do Projeto de Família e Valores do Centro João XXIII do Rio de Janeiro, cuja pesquisa de opinião foi efetuada em dezembro de 1988. Verifica-se que o sentido positivo das mudanças nos valores acompanha, em todos os casos, os setores socioeconômicos mais altos, com maior nível de instrução, de maior renda e, sobretudo, entre as pessoas mais jovens e as mulheres. O indicador religião mostra que o pólo mais negativo com relação a mudanças está formado por pessoas de religião diferente da católica e que o mais positivo está entre aqueles que se declaram "sem religião". Entre os católicos haveria ambas as tendências às mudanças: mais negativa entre os "praticantes" e mais positiva entre os que "só receberam" a religião. Quanto ao indicador região haveria uma certa regularidade, com o pólo mais negativo de incorporação dos novos valores tendendo sempre para as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste e os mais positivos no Sul e Sudeste. Enfatizando a permanência e as mudanças de valores e apoiadas no material do referido projeto, Ribeiro e Ribeiro (1991) destacam três campos de visibilidade: as novas formas de relação, as novas imagens de mulher e os novos espaços de decisão.

Concluindo, pode-se dizer que o quadro estatístico da família brasileira mostrou a consistência de uma diversidade que é característica da sociedade brasileira. As variações regionais, por segmentos sociais e por cor, foram e continuarão sendo importantes. Essas desigualdades, marcadas pelas diferenças de oportunidades econômicas individuais, delinearão a agenda de discussões sobre família nos anos 90. As relações familiares mostraram-se fundamentais, tanto no nível pessoal quanto como uma força potencial de organização e suporte para enfrentar as difíceis condições de vida. As expectativas são de continuidade e funcionalidade destas relações, e sugerem mesmo que os arranjos domiciliares futuros poderão cada vez mais obedecer às necessidades do grupo do que propriamente a critérios de parentesco. A preocupação maior será com o apoio emocional e social, e com as redes de suporte de amigos, vizinhos, colegas de

trabalho etc., que poderão ser até mais importantes do que a rede familiar.

No futuro, mesmo que a família aumente o tempo do suporte que oferece a seus membros, tal ocorreria seguindo o tradicional conceito de dependência. A contínua dependência da mulher com relação ao marido, dos filhos com os pais e vice-versa não se daria nos mesmos termos, posto que hoje mulheres e filhos jovens estão no mercado de trabalho e desafiam os esquemas de dependência e responsabilidades no interior do núcleo doméstico. Isso não significa que a família deixaria seu papel de "refúgio" ou de último recurso ao qual seus membros recorreriam. A experiência do recente ciclo recessivo mostrou o potencial que a família brasileira continua representando nesse sentido.

O modelo de desenvolvimento a ser seguido no país aparece como fundamental para o futuro da família brasileira. Ações políticas e econômicas devem orientar-se para o desenvolvimento das potencialidades e a criação de oportunidades para a população. Importante destacar que o papel decisivo do setor público em momentos críticos da economia aponta para o fato de que as forças do mercado por si só não asseguram um bom desenvolvimento humano, necessitando da intervenção do Estado.

Ainda pensando no modelo de desenvolvimento, a questão do acesso às novas tecnologias aparece como fundamental na questão da reprodução da família. Neste sentido, a incorporação das mudanças na tecnologia e seus efeitos sobre a família potencialmente aparecem como um fator de maior impacto nas futuras mudanças da família. Fato que no passado recente pode ser ilustrado pela importação de tecnologia médica e contraceptiva, cujos resultados afetaram a família, concretamente, via melhorias da mortalidade e controle da fecundidade. As limitações do país na adoção de invenções na área da reprodução biológica certamente atrasarão seus impactos, mas haveria que ter presente as possibilidades da reprodução *in vitro*, intervenção no desenvolvimento do feto, eutanásia etc. No campo dos direitos e responsabilidades que isso implica, a igualdade de gênero e de oportunidades aparece como um dos fatores decisivos nas famílias brasileiras do futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Izabel Mendes. A Nova maternidade: uma ilustração das ambigüidades do processo de modernização da família. In: FIGUEIRA, Sérvulo (org.). *Uma Nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p.55-68.

BARROS, Ricardo Paes de, FOX, Louise. *Female headed households, poverty and the welfare of children in urban Brazil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. (mimeo)

BERQUÓ, Elza. Demografia da desigualdade: algumas considerações sobre os negros no Brasil. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, *Anais ABEP*. 1988. v.3

BERQUÓ, E., CAVENAGHI, S. M. Oportunidades e fatalidades. Um estudo demográfico das pessoas que moram sozinhas. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, VI *Anais*, v.1; p.155-82, 1988.

- BILAC, Elizabeth. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. GT Família e Sociedade, ANPOCS, XIV Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, MG, 1990. (mimeo)
- BONGAARTS, J. The Projection of family composition over the life course with family status life tables. In: BONGAARTS, J. et. al. *Family demography*. Clarendon Press Oxford, 1987. p.189-212.
- BRASIL. Leis, Decretos etc. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5/10/1988. São Paulo: Fisco e Contribuinte, 1988.
- BRUSCHINI, Maria Cristina. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais, 1989. (Texto FCC, 1)
- _____. Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo. São Paulo, 1989a. Tese (dout.) USP
- CAMARANO, Ana Amélia, BELTRÃO, Kaizo, NEUPERT, Ricardo. Século XXI: a quantas andar a população brasileira? Texto para discussão n.5. Brasília: IPEA e IPLAN, 1989.
- CANO, Wilson. Uma alternativa não neoliberal para a economia brasileira na década de 1990. Campinas, 1990. (Documento Final, 221)
- CARNEIRO, Maria José. A desagradável família de Nelson Rodrigues. In: FIGUEIRA, Sérvulo (org.). *Uma Nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- CENTRO JOÃO XXIII. Projeto de estudos: sociedade brasileira contemporânea; família no Brasil e valores; permanências e alterações, 1964-1984. In: SEMINÁRIO FAMÍLIA E A MODERNIDADE BRASILEIRA: mudanças e permanências. Paulo de Frontim, 1990.
- DAUSTER, Tania. A Invenção do amor: amor, sexo e família em camadas médias urbanas. In: FIGUEIRA, Sérvulo (org.). *Uma Nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p.99-111.
- ELDER, Glen H. Jr. Life course dynamics: trajectories and transitions. 1968-1980. Ithaca: Cornell University Press, 1982.
- FARIA, Wilmar. Políticas de governo e fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Edições Vértice, 1989.
- FIBGE, Censo demográfico Brasil. Rio de Janeiro, 1940-80.
- FIBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Rio de Janeiro, 1981, 1983-5 e 1989.
- FIGUEIRA, Sérvulo. *Uma Nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. O "moderno" e o "arcaico" na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social.
- _____. *Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Editora da UFRJ, 1987. O Papel da Psicanálise no entendimento da construção da subjetividade.
- _____. *Uma Nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- GOLDANI, Ana Maria. A "crise familiar" no Brasil hoje. *Travessia*, São Paulo, Ano IV, n.9, jan./abr. 1991.
- _____. Desigualdade racial nas trajetórias de vida familiar das mulheres brasileiras. In: LOVELL, Peggy (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: CEDERPLAR, FACE, UFMG, 1991.
- _____. Changing Brazilian families and the consequent need for public policy. In: *International Social Science Journal*. UNESCO, n.126, p.523-38, nov. 1990.
- _____. Women's transitions: the intersection of female life course, family and demographic transition in Twentieth Century Brazil. Unpublished Ph.D. dissertation, University of Texas at Austin, 1989.
- _____. Families in later years in Brazil: burdens of family caregiving to the elderly and the role of public policy. In: SAWYER, Diana, MCKRACKEN, Stephen. *The young and the elderly: issues on morbidity and mortality*. Belo Horizonte: CEDEPLAR; UFMG, 1992.
- GOLDANI, Ana M., MCKRACKEN, Steve, PULLUM, Thomas. *Demographic change and instability in Brazil during a period of economic crisis*. Baltimore, 1989. (mimeo)
- LOPES, Juarez R. Brandão, GOTTASCHALCK, Andréa. Recensão, pobreza e família: a década pior do que perdida. *São Paulo em Perspectiva*, v.4, n.1, p.100-9, jan./mar. 1990.
- _____. Brasil, 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbana. 1992. (mimeo)
- MÉDICI, André César. *Sem régua e compasso: população, emprego e pobreza no Brasil dos anos oitenta*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- MILLER, Lillian. *Pobreza e distribuição de renda no Brasil: a década de 80*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- MONTALI, Lilia. Famílias e trabalho na grande São Paulo: notas sobre arranjos familiares na crise do início dos anos 80. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, v.1; p.209-30. Caxambu, MG, 1990.
- OLIVEIRA, Cavalcanti L. Zuleica. *Família e trabalho: arranjos em tempo de crise*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.
- PRAGMATISMO substitui amor no casamento. *Folha de São Paulo*, 29 set. 1991.
- RAMOS, L. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. *Revista de Saúde Pública*, v.21, n.3, p.211-24, 1987.
- _____. *Growing old in São Paulo, Brazil: assessment of health status and social support of elderly people from different socio-economic strata living in the community*. London: London School of Hygiene and Tropical Medicine, 1987a.
- RIBEIRO, Ivete, RIBEIRO, Ana Clara Torres. La Familia en el Brasil: Desafíos de una modernidad incompleta. In: *América Latina y la Doctrina Social de la Iglesia*. Tomo II, Paulinas, 1991.
- SALÉM, Tania. Família em camadas médias: uma revisão da literatura recente. *Boletim do Museu Nacional*, n.54, Nova Série-Antropologia. Rio de Janeiro, 1985.
- TELLES, Edward E. The Consequences of employment structure in Brazil: earnings, and metropolitan area differences. Austin, 1988. Tese (dout.) University of Texas.
- TUKEY, John. *Exploratory data analysis*. Wesley, Massachusetts: Addison, 1978.
- ULENBERG, Peter. Cohort variations in family life cycle experiences of U.S. females. *Journal of Marriage and the Family*, may, 1974.
- UNICAMP/NEPP. Relatório sobre a situação social e perspectivas para o século XXI. Campinas, 1990. (mimeo)
- WORLD BANK. *World development report*. World Bank; Oxford University Press.